

ATA DA TRICENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

No dia vinte e sete de novembro de dois mil e quinze realizou-se a tricentésima octogésima quinta reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM no auditório da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI. Estiveram presentes o presidente e Secretário do Meio Ambiente Eugênio Spengler e a Sra. Mariana Mascarenhas representantes da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, a Sra. Márcia Telles Diretora Geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, além dos membros integrantes deste Conselho os conselheiros: Agnaldo Bahia – AHSEB; Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA; Arnor de Oliveira Fernandes Jr – ABES; Aurinézio Calheira – COFIC; Beatriz da Cruz Pitta – SDE; Carlos Romero – PRISMA; Célia Cavalcanti – IBAMA/MMA; Claudio Antonio Carilo de Magalhães – COPIBA; Claudio de Carvalho Mascarenhas e Daniel Melo Barreto – GERMEN; Evilásio Fraga – Sindicato Rural de Ibicoara; Gilberto Lyrio Neto – Sind. de Prod. Rurais Coaraci, Guilherme de Castro Moura – FAEB; Ita de Cácia Aguiar Cunha – SESAB; João Lopes – ASSOCAFÉ; José Roberto Pedreira Franco Celestino – SINAENCO; Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan; Leonardo de Menezes Teles – FCDL; Luiz Carlos Sampaio – SINDUSCON-Ba, Luiz Fernando Galvão – SINDIBRITA; Luiz Marsala – IDEIA; Márcia Telles – INEMA; Mariene Salatiel – CETREL; Martin Mayr – ADES; Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes; Miguel da Costa Accioly – UFBA; Regina Maria Meirelles Bergemann – SEINFRA; Mário Pithon – Sindicato de Panificação do Estado da Bahia; Renato Pêgas da Cunha – ADES; Rogério Dantas dos Santos – CTB-BA; Romeu Temporal – SEPLAN; Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ. Além dos convidados, a Sra. Lúcia Cardoso – membro da CT GAC e Marcos Machado coordenador de Fiscalização do INEMA. Constaram em pauta: apreciação das atas 383^a e 384^a das reuniões ordinárias de 31.07 e 25.09.2015; apreciação da Revisão da Resolução Cepam nº. 4.327/2013, que dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, com adequação do anexo da resolução em razão das alterações promovidas pelo Decreto Estadual nº 15.682/2014; Apresentação dos Processos diligenciados; análise de Processos Recursais apreciados na 7^a. Reunião da CT Recursal de 10.07.2015; análise de Processos Recursais apreciados na 8^a. Reunião da CT Recursal de 21.08.2015; análise de Processos Recursais apreciados na 9^a Reunião ordinária da CT Recursal, realizada 11.09.2015; análise de Processos Recursais apreciados na 10^a Reunião ordinária de CT Recursal, realizada 02.10.15; apreciação da Resolução Cepam, que dispõe sobre a composição das Câmaras Técnicas no âmbito do conselho. Depois de constatado que havia quórum regimental, o presidente Eugênio Spengler fez a abertura da reunião, saudou a todos e citou os itens da pauta. Consultou a plenária sobre a apreciação das atas, não houve nenhuma manifestação contrária, as atas

44 foram aprovadas por unanimidade. O conselheiro Renato Cunha pediu a
45 palavra, comentou e lamentou o acidente ocorrido na cidade de Mariana, Minas
46 Gerais, e propôs que a plenária fizesse um momento de reflexão em silêncio;
47 em função disso, sugeriu que o Estado da Bahia tomasse como exemplo essa
48 situação, que a SEMA/INEMA pudesse fiscalizar como medida preventiva
49 todas as bacias de rejeitos, frutos de mineração e de outras atividades, para
50 que na próxima reunião deste Conselho apresentasse o resultado dessa ação.
51 Disse que outra questão preocupante era com as mudanças previstas na
52 legislação referente ao licenciamento ambiental no país, ao aprovar no Senado
53 a criação de processo de licenciamento para obra de interesse nacional, tipo
54 energia elétrica, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos que passaria por uma
55 licença única de forma mais célere. Colocou que a Associação Brasileira de
56 Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA encaminhou ao Conselho
57 Nacional do Meio Ambiente - CONAMA uma proposta de alterações no
58 processo de licenciamento ambiental, para tanto sugeriu que essa proposta
59 fosse apresentada a este Conselho para que os membros pudessem discutir e
60 analisar em reunião da Câmara Técnica de Políticas Pública ou de Assuntos
61 Jurídicos. O conselheiro Eugenio Spengler argumentou que pediria a
62 conselheira Márcia Telles para falar sobre a fiscalização, considerando que
63 além das fiscalizações de rotina realizadas, o INEMA, compreendendo a
64 gravidade da situação de Minas Gerais, já estava atuando de forma estratégica
65 sobre esse tipo de atividade; disse que a questão do licenciamento ambiental é
66 uma pauta que faz parte da ordem do dia no Brasil; a ABEMA entendeu que
67 essa discussão deve ser no âmbito do CONAMA e não deveria ser
68 encaminhada ao Congresso inicialmente, apesar de ter legitimidade para
69 legislar sobre qualquer assunto. Comentou que já havia a previsão de que o
70 Congresso tomaria a iniciativa devido a demora e resistência quanto a revisão
71 das Resoluções CONAMA nº 01 e 237, assim como foi com o Código Florestal;
72 Ressaltou que o Projeto de Lei do Senador Romero Jucá era apenas o começo,
73 considerando o que existe na Câmara que é muito mais impactante; registrou
74 que a SECEX repassará, por e-mail, o texto da proposta da ABEMA à todos os
75 conselheiros. A conselheira Márcia Telles, juntamente com o coordenador de
76 Fiscalização Marcos, informou que o INEMA já iniciou o processo de
77 fiscalização das barragens de rejeitos priorizando as nove barragens mais
78 importantes, destacou as empresas Mirabela, FERBASA, Mineração Caraíba e
79 Yamana Gold; registrou que o Departamento Nacional de Produção Mineral –
80 DNPM, órgão que tem a competência fiscalizatória de segurança das
81 barragens de rejeito, agendou uma reunião com o IBAMA e a Procuradoria da
82 República com objetivo de traçar mais estratégia de fiscalização conjunta.
83 Ressaltou que o INEMA há algum tempo exigia das empresas medidas
84 alternativas que não as barragens de rejeitos, considerando a existência de
85 dois tipos de barragens de rejeitos: seco, o sólido e líquido, para esses tipos,
86 os técnicos estão em constantes tentativas com as empresas para implementar
87 técnicas melhores que barramento. A conselheira Márcia Telles registrou que,

88 assim que os relatórios dos resultados dessa ação fiscalizatória forem
89 concluídos, poderão ser apresentados ao Conselho. O conselheiro Renato
90 Cunha sugeriu que a cada relatório concluído, por empresa, fosse remetido aos
91 conselheiros mesmo durante o período que se antecede a próxima reunião do
92 CEPRAM. O conselheiro Mário Pithon sugeriu como recomendação nos locais
93 onde existe a possibilidade de ocorrer esse tipo de acidente, que fosse
94 verificada as condições de treinamento do pessoal e aviso em caso de sinistro.
95 O conselheiro Daniel Barreto entregou a presidência do CEPRAM uma cópia
96 de abaixo assinado com mais de cinco mil assinaturas em defesa dos rios de
97 Correntina na Bahia resultado de uma mobilização dos moradores do Oeste
98 baiano que denunciaram ao Ministério Público as irresponsabilidades
99 ambientais ocorridas no Estado com aprovação e omissão do órgão ambiental
100 estadual em relação as liberações de outorgas de água para utilização do
101 lençol freático do aquífero Urucuia, bem como autorização de supressão
102 vegetal nativa de grande porte, sem estudo de impacto ambiental,
103 principalmente sem audiências pública. O conselheiro Eugênio Spengler
104 informou que já foi feito um planejamento para revisão de outorgas nessa
105 região e em outras, tendo em vista os fatores apresentados nesse documento e
106 outros anteriores. Em seguida o conselheiro Eugênio Spengler convidou a Dra.
107 Lúcia Cardoso para apresentar o relatório de revisão da Resolução CEPRAM
108 nº 4.327/2013. A Dra. Lúcia Cardoso saudou a todos e felicitou o Conselho
109 pelos 42 (quarenta e dois) anos de existência completados em 4 de outubro de
110 2015. Em sua opinião comentou que essa questão ambiental no Brasil só vai
111 melhorar quando acabar os órgãos ambientais e as Secretarias de meio
112 ambiente dos Estados quando a questão ambiental permear nas diversas
113 Secretarias e estiver intrínseca aos diversos processos; fez referência ao
114 programa FORMAR desenvolvido pela SEMA com apoio da Fundação Luiz
115 Eduardo Magalhães – FLEM que já pôde capacitar mais de 05 (cinco) mil
116 pessoas em diversas regiões do Estado. Ressaltou a necessidade de
117 atualização da resolução que trata de impacto local frente às alterações
118 ocorridas na legislação estadual, explicou ainda que essa ação é aguardada
119 por todos os municípios. Lembrou também que essa proposta de revisão foi
120 apresentada durante a reunião anterior do CEPRAM onde contextualizou que a
121 demanda para a definição do que compete aos municípios é bastante antiga e
122 que o caminho defendido historicamente pelo setor ambiental sempre foi esse
123 de que os Governos Federal e Estadual apoiassem os municípios com a
124 formação de quadros e com a definição de quais atividades/empreendimentos
125 poderiam estar sob responsabilidade da gestão ambiental dos municípios.
126 Enfatizou que não se tratava de uma nova Resolução e também explicou que
127 não foram feitas alterações no corpo do texto da resolução, apenas ajustes no
128 anexo e, conseqüentemente, alterações na referência ao anexo que
129 estivessem no corpo da resolução. Nesse sentido, comentou que os membros
130 da CT de Gestão Ambiental Compartilhada também tinham várias sugestões
131 de alteração de texto, mas devido a necessidade de adequação da Resolução

ao Decreto, foi decidido apenas atualizar a resolução e realizar alterações de texto num outro momento. De acordo com a Lei Complementar nº 140/11 a supressão de vegetação está atrelada ao processo de licenciamento, ou seja, o órgão responsável pelo licenciamento também é o responsável pela autorização de supressão de vegetação. Desse modo, o município será responsável apenas por autorizações de supressão de vegetação vinculadas a processo de licenciamento que estiverem sob sua responsabilidade. A Câmara Técnica propôs (02) dois anexos, o primeiro (Anexo I) trazendo a tipologia e porte dos empreendimentos de atividades sujeitas ao licenciamento (mesmo anexo do regulamento que foi atualizado) e o anexo II autorização de supressão e o manejo de vegetação em função dessa atualização, devido a essa alteração – divisão do antigo anexo único em (02) dois novos anexos foi necessária atualização da redação da Resolução CEPRAM nº 4.327/13: no parágrafo primeiro do artigo primeiro, no artigo segundo Capt.; no artigo terceiro em face da classificação do porte e do potencial poluidor, no artigo segundo propõe apenas a exclusão do inciso quinto que trata “que os municípios com base no novo anexo pode licenciar atracadouros, instalação de manutenção de embarcações, pequenos projetos com essa interface nesse ambiente marinho”, como isso já estava disciplinado no anexo e no artigo quinto constava a impossibilidade do município realizar esse licenciamento, foi proposto suprimir esse inciso, contrário ao disposto no anexo. Mostrou a proposta de Resolução com a sugestão que altera a Resolução 4.327 no que diz respeito as alterações introduzidas pelo Decreto 15.682. Ressaltou que há qualquer tempo poderá ser reaberta novas discussões e reavaliações, e essa Resolução poderá ser modificada, alterada ou acrescida. Destacou a urgência de se aprovar e publicar as atualizações, considerando que há um ano os municípios trabalham com a versão vigente desatualizada. O conselheiro Eugênio passou a fala aos conselheiros. O conselheiro Luiz Vitor disse que o anexo IV que estava sendo alterado foi objeto de uma discussão na Câmara de Assuntos Jurídicos e Institucionais - CTAJIN; disse que por outro lado observa-se que a competência municipal não se trata de compartilhar; salientou que a competência municipal foi muito estendida com relação a desmatamento, inclusive com relação a mata atlântica onde não há possibilidade do Estado delegar essa faculdade ao município, por essa razão e outras, inclusive uma preocupação manifestada pelo Ministério Público Estadual requeria que essa alteração da Resolução do anexo fosse encaminhada para a CTAJIN para aprofundar a apreciação das questões de cunho jurídico e impactantes com relação as questões ambientais. O conselheiro Daniel Barreto sugeriu reincluir o licenciamento de atividades da agricultura, no sentido de dar uma maior segurança política aos próprios agricultores; destacou que a atualização no anexo II referente a supressão de vegetação que estabelece responsabilidade ao município licenciar empreendimento até 10 mil hectares muito preocupante, tanto no cerrado como na caatinga, comentou que o Estado era mais preparado, por esse disposto sugeriu a revisão desse item. O conselheiro

Carlos Romero falou de sua preocupação com relação a atuação dos municípios pequenos no interior da caatinga, por isso se manifestou a favor de discutir essa Resolução na Câmara. O conselheiro Renato Cunha endossou a fala dos conselheiros ratificando que se faz necessário preparar melhor os municípios para que possam fazer uma gestão municipal competente com condições para atuar nas várias áreas, além do licenciamento, na conservação dos recursos hídricos, nos ecossistemas, em tudo que o Estado trabalhe. Citou as questões da Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, sugeriu repensar a inserção de licenciamento a empreendimentos da Carcinicultura e Silvicultura no anexo II e discutir juridicamente. O conselheiro Martin Mayr colocou que a sociedade civil não aprovou a peça original e diante dessa proposta de retirar a obrigatoriedade do licenciamento para atividade de agricultura não teria como aprovar essa revisão. O conselheiro Sergio Bastos ressaltou que a proposta de revisão, em que pese as preocupações colocadas, para fazer as adequações, teria que mudar o Decreto; explicou que existe uma resolução em desacordo com o Decreto. O conselheiro Eugenio Spengler pediu a leitura com atenção do texto, explicou que a proposta era para cumprir o que diz a LC 140 e o Código Florestal, a supressão de vegetação só é passada ao município, atendendo ou respeitando o que diz a LC 140, por convênio de repasse de competência, a supressão de vegetação, individualmente, o Código Florestal veda a competência em seu original da supressão de vegetação, mas vincula em ato único quando está vinculado a um licenciamento de impacto local; ressaltou que o texto não estava diferente do aprovado pelo Conselho em 2013; colocou que foram acrescidas algumas atividades que não eram consideradas de impacto local. O Código Florestal não veda que o município licencie, diz que tem que ter EIA a partir de 50 hectares e recomenda a existência de Zoneamento Costeiro. Registrou que, para ter a prática alternativa de uso do solo, é preciso, necessariamente, ter a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) e que somente pode ser dada com base num projeto. Explicou que a Legislação Estadual veda ASV se não for vinculada ao uso alternativo do solo. Explicou que, como presidente, não acataria o retorno da Resolução para discussão na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos dando continuidade a apreciação da alteração da resolução 4.327 de 2013. Iniciou a votação pela redação do texto apresentado pela relatora; 13 (treze) conselheiros votaram favoráveis; 08 (oito) conselheiros votaram contra a aprovação do texto e não houve abstenções. Passou para o próximo ponto de pauta, apresentação de Processos. A conselheira Mariana Mascarenhas passou a conduzir a reunião. Informou que tinha 02 (dois) processos diligenciados, VERACEL CELULOSE que teve como relator o conselheiro Daniel Barreto e foi diligenciado pelo conselheiro Wilson Andrade na 382ª reunião; **Processo: 2012-018742/TEC/ERPM-0001 - elaboração do Plano de Manejo da APA Serra Branca/Raso de Santa Catarina** que contou com um grupo de trabalho composto por alguns membros deste Conselho que fizeram uma visita técnica ao local, juntamente com a equipe técnica do INEMA e da

SECEX/SEMA; informou que esse processo foi retirado de pauta porque o representante da equipe técnica do INEMA que iria apresentar o parecer final do GT não pode comparecer por motivos saúde. Com relação ao **Processo nº 2009-035003/TEC/AIMU-0823 - VERACEL CELULOSE** referente a um auto de infração de multa, no valor de 30 (trinta) mil reais, no município de Belmonte, o fato gerador efetuar Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP de Curso D'água existentes no interior do imóvel rural de sua propriedade, através do aproveitamento econômico da referida área para fins de cultivo de eucalipto em substituição à vegetação natural. O conselheiro Wilson Andrade solicitou a diligência e, como não pode estar presente, solicitou que seu suplente, o conselheiro Evilásio Fraga, fizesse sua apresentação. Evilásio mostrou fotos de levantamento em campo, histórico da empresa, fez a leitura do voto, concluiu com entendimento que o eucalipto não suprimiu nenhuma área de preservação nativa, por isso era favorável a transformar o auto de infração de multa em advertência, cortar as 03 (três) árvores apontadas sem novo plantio e recuperar uma área de 01 (um) hectare a jusante da estrada que atualmente encontra-se em pasto sujo. O conselheiro Melquiades Oliveira fez comentários sobre a autodenúncia da própria empresa sobre os crimes ambientais e pedido de readequação no processo; falou da existência de um relatório que aponta todas as áreas com recomendações; diante desses fatos era favorável pela manutenção da multa. Em seguida Mariana Mascarenhas colocou o processo em votação, 10 (dez) conselheiros foram favoráveis pela conversão da multa em advertência; 09 (nove) conselheiros foram favoráveis pela manutenção da multa e houve 01 (uma) abstenção. Em seguida passou para análise dos processos apreciados em pauta das reuniões de Câmara Técnica Recursal (CT Recursal); informou que seriam apresentados por blocos, respectivamente. Processos apreciados na 7ª reunião CT Recursal de 10 de julho de 2015: **Processo nº 2008-007755/TEC/AIMU-0532 - VICTORIA MADEIRAS LTDA**, auto de Infração de multa em Camaçari no valor de 04 (quatro) mil reais por operar sem licença ambiental e solicitou a nulidade da multa. Conselheira relatora Leila Oliveira que sugeriu a manutenção da penalidade com redução de 50% do valor e foi aprovada na Câmara por votação: 04 (quatro) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção; Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-016778/TEC/AIAD-0123 - TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA**, auto de infração de advertência em Conceição do Jacuípe por estar funcionando sem a devida licença ambiental e solicitou a nulidade do auto de infração. Conselheiro relator Pedro Diamantino sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada por unanimidade pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM; **Processo nº 2010-019547/TEC/AIMU-0720 - RESIDENCIAL COSTA BELLA S.P.E. LTDA**, auto de infração de multa em Salvador no valor de 50 (cinquenta) mil reais por degradação ambiental em área de APP. Solicitou a anulação do auto de

264 infração e Multa. A conselheira relatora, Mariana Vidal, que sugeriu a
265 manutenção da penalidade que foi acatado por unanimidade pela Câmara
266 Técnica; Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi
267 mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2005-005293/TEC/AIMU-**
268 **0161 - PETROBRAS TRANSPORTES S.A – TRANSPETRO**, auto de infração
269 de multa em Madre de Deus no valor de 20 (vinte) mil reais por efetiva poluição
270 ambiental: vazamento de óleo combustível atingindo a Baía de Todos os
271 Santos. O conselheiro relator, Sergio Bastos, foi sugerido a redução da multa
272 para 15 (quinze) mil reais, aprovada por decisão da Câmara em votação por
273 04(quatro) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários e nenhuma abstenção;
274 Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi mantida
275 pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-012266/TEC/AIMU-0874 -**
276 **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D' ÁVILA**, auto de infração de multa no
277 valor de 40 (quarenta) mil reais por descartar os resíduos sólidos urbanos em
278 lixão de forma irregular em desacordo com as normas legais em vigor
279 colocando em risco a qualidade do solo e dos recursos hídricos como também
280 a saúde de terceiros; O conselheiro reator Daniel Barreto que sugeriu a
281 manutenção da penalidade que foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma
282 manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária
283 do CEPRAM. **Processo nº 2008-006986/TEC/AIAD-0357 - HELIO DONIZETTI**
284 **SALGADO**, auto de infração de advertência em Mucuri por exercer atividade
285 em imóvel rural sem as necessárias anuências, autorizações quando a elas
286 sujeitas e em desacordo com preceitos estabelecidos pela legislação de
287 controle ambiental. Portanto, fica o empreendedor acima qualificado, advertido
288 a providenciar a regularização da situação do imóvel Fazenda Palmital; Foi
289 solicitada a anulação do auto de infração; A conselheira relatora, Lucidalva
290 Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara
291 Técnica; Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi
292 mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2007-006416/TEC/AIAD-**
293 **0333 - MIRA LUCIA CHAGAS CORNIDES**, auto de infração de advertência em
294 Guaratinga por Exercer atividade em imóvel rural sem as necessárias
295 anuências, autorizações quando a elas sujeitas; Solicitou a anulação do auto
296 de advertência que foi negado pela conselheira relatora Débora Coelho que
297 sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica;
298 Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi mantida
299 pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-001278/TEC/AIMU-0091 -**
300 **HÉLIO HOPP**, auto de infração de multa em Barreiras no valor de 10 (dez) mil
301 reais por operar sistema de irrigação através do método de Pivô Central sem a
302 necessária Licença Ambiental; Solicitou a anulação da multa; A conselheira
303 relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade e teve o
304 apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária a decisão da
305 Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-**
306 **016795/TEC/AIMU-01043 - JOÃO BATISTA DE ALMEIDA**, auto de infração
307 de multa em Barreiras no valor de 05 (cinco) mil reais por não as solicitações

do auto de advertência, 2007-006349/TEC/AIAD-0327; Solicitou o reconhecimento da nulidade da advertência e anulação da multa; O conselheiro relator, Pedro Diamantino, sugeriu a manutenção da penalidade e teve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-003587/TEC/AIMU-0121 - ARGENIO PEREIRA DE SOUZA**, auto de infração de multa em Tapiramutá no valor de 05 (cinco) mil reais por transportar carga de lenha de espécies nativas diversas, em volume de 9,51 (nove vírgula cinquenta e um) estéreo, sem o documento de Origem Florestal - DOF, além de 23 (vinte e três) sacos de carvão vegetal de espécies nativas diversas. Vinculado ao AIAPC nº 520/2009; Solicitou a compensação da multa através de Termo de Compromisso; O conselheiro relator, Daniel Barreto, sugeriu a conversão da multa em prestação de serviços ambientais que foi acatado pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-009751/TEC/AIMU-0121 - FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS**, auto de infração de multa em Alagoinhas no valor de 02 (dois) mil reais por desenvolver atividade de extração de recurso natural (areia) sem anuência do órgão competente; Solicitou a nulidade da multa ou redução através de Termo de Compromisso; A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade que foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-010885/TEC/AIMU-0787 - JAIRO MARQUES DE OLIVEIRA**, Auto de Infração de Multa em Utinga no valor de 10 (dez) mil reais pelo desmatamento de aproximadamente 10,0 (dez) hectares em sua propriedade, no domínio de Mata Atlântica, sem autorização de supressão de vegetação, sem estabelecimento da reserva legal e por exercer atividade passível de licenciamento ambiental sem a devida licença; Solicitou a nulidade da multa ou redução através de Termo de Compromisso; A conselheira relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade e foi apoiada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-012671/TEC/AIMU-0456 - LOPES DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**, Auto de Infração de Multa Feira de Santana no valor de 02 (dois) mil reais por exercer a atividade de transporte de produtos perigosos sem a necessária Licença Ambiental; Solicitou a nulidade da multa ou conversão em advertência; A conselheira relatora, Débora Coelho, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-015863/TEC/AIMU-0617 - CARLOS ASSERLEI GUEDES DE OLIVEIRA**, auto de Infração de multa em Santa Rita de Cássia no valor de 30 (trinta) mil reais por efetuar supressão de vegetação nativa do bioma caatinga em uma área total de 59,84 (cinquenta e nove vírgula oitenta e quatro) hectares, com rendimento expressivo de material lenhoso, sem a necessária autorização

prévia do órgão ambiental competente; Solicitou a conversão da Multa em execução de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD através de Termo de Compromisso; O conselheiro relator, Pedro Diamantino, sugeriu a manutenção da penalidade que foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-017747/TEC/AIIN-0132 - JOSE CARLOS DE LACERDA**, Auto de Infração de Interdição Temporária em São Gonçalo dos Campos por exercer atividade de desmatamento realizada pelo Sr. José Carlos de Lacerda, sem a devida autorização ambiental, causando efetiva degradação na Área de Preservação Permanente - APP do lago de Pedra do Cavalo; Solicitou Execução de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD através da celebração de Termo de Compromisso e continuidade das atividades; A conselheira relatora, Leila Oliveira, sugeriu a manutenção da interdição com autorização para execução do PRAD, além de nova vistoria; Sugestão acatada pela Câmara Técnica; O conselheiro Carlos Romero pediu destaque nesse processo justificando que o autuado havia falecido recentemente, tratava-se de um empreendedor da região de Feira de Santana e, provavelmente, esse empreendimento deverá ser vendido; disse ainda que o empreendimento fica localizado dentro da APA de Pedra do Cavalo e que poderá trazer grandes impactos ao meio ambiente futuramente. Diante disso pediu que a fiscalização do INEMA ficasse atenta. Em seguida, Mariana Mascarenhas colocou em votação, foram 21 (vinte e um) votos favoráveis a decisão da Câmara Técnica e 01 (uma) abstenção. **Processo nº 2010-001338/TEC/AIAD-0016 - PAULO MARQUES DE OLIVEIRA**, auto de Infração de advertência em Livramento de Nossa Senhora por praticar limpeza de área e uso do fogo, sem autorização do órgão ambiental competente; Solicitou a nulidade da advertência; A conselheira relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-026500/TEC/AIAD-02416 - CHARLES PITON BARRETO**, auto de Infração de advertência em Ubaíra por não cumprir as exigências legais referentes à averbação de 20% (vinte por cento) de sua propriedade sob título de Reserva Legal conforme dispõe o Art. 16, Inciso III do Código Florestal, Lei nº 4.771/1965, e Art. 105 da Lei Estadual nº 10.431/2006; Solicitou a extensão do prazo para cumprimento da notificação; O conselheiro relator, Pedro Diamantino, sugeriu a manutenção da penalidade e foi aprovada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-016319/TEC/AIAD-0119 - CORIOLANO MOREIRA DE OLIVEIRA**, Auto de Infração de Advertência em São Félix do Coribe por desenvolver a atividade de pecuária de corte, potencialmente poluidor ou utilizador de recursos naturais, sem a devida licença ou autorização de órgão ambiental competente em desacordo com as normas legais e regulamentos pertinentes; Solicitou a nulidade da advertência; O conselheiro relator, Daniel Barreto, sugeriu a manutenção da penalidade e foi apoiado pela Câmara Técnica;

Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-013352/TEC/AIAD-0074 - HELIO CARDOSO DE MATOS FILHO**, Auto de Infração de Advertência em Andorinha por realizar supressão de vegetação nativa e limpeza de pasto com uso de fogo, com a finalidade de implantação de pastagem, sem licença e/ou autorização do órgão ambiental competente, atingindo área de preservação permanente de riacho temporário, devendo o proprietário recompor a área de preservação permanente; regularizar a reserva legal; e providenciar a licença; Solicitou extensão do prazo para cumprimento da notificação e nulidade da advertência; A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e contou com o apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-014571/TEC/AIAD-0093 - PREFEITURA DE PORTO SEGURO**, auto de infração de advertência por operar Aterro (lixão) sem a devida licença ambiental; Solicitou a nulidade da advertência; A conselheira relatora, Débora Coelho, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2005-001765/TEC/AIAD-0171 - AGROINDUSTRIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO S/A**, auto de infração de advertência em Juazeiro por descumprimento dos condicionantes V) a-c-d, IX) h-j da portaria nº 1.495 que tem validade até 20/03/07; Solicitou a nulidade da advertência; A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e teve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-018400/TEC/AIAD-0163 - EMBASA S/A**, Auto de Infração de Advertência em Irecê por operar os Sistemas de Esgotamento Sanitário sem a devida licença ambiental; Solicitou a nulidade da advertência; O conselheiro relator, Daniel Barreto, sugeriu a manutenção da penalidade e recebeu apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. Finalizados os processos analisados na 7ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Recursal foi dado início a análise dos Processos apreciados na 8ª. Reunião da Câmara Técnica Recursal de 21 de agosto de 2015: **Processo nº 2008-015667/TEC/AIAD-0844 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI**, auto de infração de advertência por licenciar empreendimentos com potencial poluidor fora dos procedimentos legais, devendo o referido município somente assumir o licenciamento ambiental quando, de fato, reunir as condições necessárias previstas na legislação de controle ambiental; Solicitou a anulação do auto de infração de advertência; A conselheira relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a nulidade da advertência e recebeu apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-015662/TEC/AIMU-0299 - PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO**, auto de Infração de Multa no valor de 15 (quinze) mil reais por Degradação do solo da

440 área onde funciona a Usina de asfalto que opera sem licença ambiental;
441 Solicitou a anulação do auto de infração de multa; O conselheiro relator,
442 Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e foi apoiado pela
443 Câmara Técnica. Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara
444 Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-**
445 **032676/TEC/AIMU-0726 - EMBASA S/A**, auto de infração de multa em Rio de
446 Contas no valor de 10 (dez) mil reais por desenvolver obra de implantação e
447 operação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede municipal de Rio de
448 Contas sem a devida licença ambiental de órgão competente ou em desacordo
449 com a obtida, contrariando as normas e regulamentos em vigor; Solicitou a
450 anulação do auto de infração de multa ou redução do valor da multa; O
451 conselheiro relator, Guilherme de Castro, sugeriu a manutenção da penalidade
452 e teve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão
453 da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-**
454 **004917/TEC/AIMU-0283 - THOMAZ HEMETERIO MONTE**, auto de infração de
455 multa em Prado no valor de 03 (três) mil reais por fazer uso econômico das
456 áreas de Preservação Permanente – APP do imóvel Faz Rosa Maria, para
457 cultivo de pastagens e pastoreio de gado e eqüinos, dificultando ou impedindo
458 a regeneração das espécies nativas ali existentes; Solicitou a anulação do auto
459 de infração de multa ou redução do valor da multa; O conselheiro relator,
460 Guilherme de Castro, sugeriu a manutenção da penalidade e foi apoiado pela
461 Câmara Técnica; Houve solicitação de destaque pelo Conselheiro Mário Pithon
462 e posterior pedido de vista pelo próprio Mário e por Evilásio Fraga. **Processo**
463 **nº 2008-000480/TEC/AIAD-0062 - EMBASA S/A**, auto de infração de
464 advertência em Feira de Santana por operar as ETEs Parque Lagoa Grande,
465 Mangabeira, Homero Figueiredos e Viveiros II em desacordo com as boas
466 práticas de manutenção causando efeitos deletérios a saúde da população do
467 entorno causado pelo mau cheiro; Solicitou a anulação do auto de infração de
468 advertência; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da
469 penalidade recebendo apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação
470 contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM.
471 **Processo nº 2009-014210/TEC/AIMU-0256 - ARMANDO RODRIGUES**
472 **GOMES**, Auto de Infração de Multa em Itabela no valor de 03 (três) mil reais
473 por descumprimento do Auto de Infração de advertência nº 2007-
474 006504/TEC/AIAD-0343; Solicitou a anulação do auto de infração de multa; A
475 conselheira relatora, Mariana Vidal, destacou que esse processo já foi
476 tramitado na plenária, entretanto verificou-se que havia uma irregularidade. A
477 plenária do CEPRAM decidiu retornar o processo apara análise da Câmara
478 Técnica. **Processo nº 2005-005342/TEC/AIMU-0173 - PETROBRÁS S/A**, auto
479 de infração de multa em Salvador no valor de 30 (trinta) mil reais por
480 lançamento de 30 mil litros de petróleo, proveniente de tombamento de uma
481 carreta transportadora; Solicitou a redução do valor da multa; A conselheira
482 relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e teve apoio da
483 Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara

Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-005114/TEC/AIMU-0291 - JOMAR DANTAS PINHEIRO**, auto de infração de multa em Simões Filho no valor de 07 (sete) mil reais por efetuar supressão de vegetação e queimada em área de preservação permanente; Solicitou a anulação do auto de infração de multa; O conselheiro relator, Daniel Barreto, sugeriu a manutenção da penalidade e teve o apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-000036/TEC/AIMU-0001 - EMBASA S/A**, Auto de Infração de Multa em Feira de Santana no valor de 151 (cento e cinquenta e um) mil reais pelo lançamento de esgoto diretamente dentro do afluente do Rio Subaé sem o devido tratamento podendo tornar ultrapassados os padrões de qualidade ambiental; Solicitou a nulidade da multa; A conselheira relatora, Leila Oliveira, sugeriu a manutenção da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-000869/TEC/AIMU-0047 - EMBASA S/A**, auto de Infração de Multa em Feira de Santana no valor de 500 (quinhentos) reais por descumprimento da Notificação nº 2008-000457/TEC/NOT-0147; Solicitou a nulidade da multa; O conselheiro relator, Sergio Bastos, sugeriu a manutenção da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-006432/TEC/AIMU-0165 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**, Auto de Infração de Multa no valor de 10 (dez) mil reais pelo lançamento de resíduos sólidos urbanos e dos serviços de saúde no solo de forma inadequada causando efetiva poluição; Solicitação de nulidade da multa; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e teve o apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-016199/TEC/AIMU-0311 - GLOBOAVES SAO PAULO AGROAVICOLA LTDA**, auto de infração de multa em Feira de Santana no valor de 04 (quatro) mil reais por operar empreendimento com a Licença Ambiental vencida; Solicitou a nulidade da multa ou redução do valor; O conselheiro relator, Guilherme de Castro, sugeriu a manutenção da penalidade com redução do valor para 02 (dois) mil reais e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-018846/TEC/AIMU-0433 - ROBERTO SINAY NEVES FILHO**, Auto de Infração de Multa em Jaguarari no valor de 10 (dez) mil reais por operar equipamentos e explorar recurso natural (argila) sem a necessária licença ambiental; Solicitou a nulidade da multa ou redução através de Termo de Compromisso; O conselheiro relator, Sergio Bastos, sugeriu a manutenção da penalidade e recebeu o apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-025982/TEC/AIMU-0519 - EMBASA S/A**, Auto de Infração de Multa em

Salvador no valor de 03 (três) mil reais por não atendimento da Notificação nº 2008-000486/TEC/NOT-0152; Solicitou a nulidade da multa; O conselheiro relator, Guilherme de Castro, sugeriu a nulidade da penalidade e foi acatado pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-001962/TEC/AIMU-0068 - FERBASA - CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA**, Auto de Infração de Multa em Entre Rios no valor de 30 (trinta) mil reais por Ampliação de empreendimento sem a necessária licença ambiental; Solicitação de redução da multa, celebração de Termo de Compromisso e execução de PREV – Plano de Recuperação e Enriquecimento de Vegetação; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade com assinatura de Termo de Compromisso junto ao INEMA com possibilidade de conversão em prestação de serviços ambientais e teve o apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-033320/TEC/AIAD-0343 - TAPUYA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, Auto de Infração de Advertência em Itanhém pelo lançamento de efluentes oriundo do laticínio sem tratamento, causando efetiva poluição ambiental; Solicitação de nulidade da advertência; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e teve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-030466/TEC/AIAD-0294 - DEULIZANO RODRIGUES**, Auto de Infração de Advertência em Lajedão por não possuir Reserva Legal, devidamente averbada em cartório de registro de imóveis competente em sua propriedade rural denominada fazenda Jabuti; Solicitou a nulidade da advertência; A conselheira relatora, Leila Oliveira, sugeriu a nulidade da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-011835/TEC/AIAD-0141 - LUCIANO ANTONIO MENEZES DAS VIRGENS**, Auto de Infração de Advertência em Valença por operar empreendimento/atividade (fabricação de artefatos de madeira) sem requerer ao IMA o prévio licenciamento ambiental, sem a inscrição no Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Degradoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CEAPD) e sem o Registro de Pessoas Físicas e Jurídicas que exerçam Atividades Relacionadas à Cadeia Produtiva Florestal (RAF); Solicitou a nulidade da advertência; O conselheiro relator, Guilherme de Castro, sugeriu a manutenção da penalidade e teve apoio da Câmara Técnica; aprovado a manutenção **Processo Nº 2009-027811/TEC/AIAD-0259 - L MARQUEZZO CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, Auto de Infração de Advertência em Feira de Santana por ter iniciado obra de empreendimento sem a devida licença ambiental; Solicitou a nulidade da advertência; O conselheiro relator, Sergio Bastos, sugeriu manutenção da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-**

018874/TEC/AIAD-0171 - EMBASA S/A, Auto de Infração de Advertência em Salvador por Não atender a Notificação nº 2007-002273/TEC/NOT-0988; Solicitou a nulidade da advertência; A conselheira relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. Dos processos encaminhados durante a 8ª reunião ordinária da Câmara Técnica, apenas o processo **2008-004917/TEC/AIMU-0283 - THOMAZ HEMETÉRIO MONTE** foi destacado pelo conselheiro Mario Pithon por ter ficado em dúvida quanto ao fato gerador que diz "Fazer uso econômico das áreas de Preservação Permanente – APP do imóvel Faz Rosa Maria, para cultivo de pastagens e pastoreio de gado e equinos, dificultando ou impedindo a regeneração das espécies nativas ali existentes"; perguntou o que estaria sendo atribuído ao autuado? A conselheira Mariana Mascarenhas fez a leitura do voto do relator que constava no processo em discussão. O conselheiro Mário Pithon argumentou que o fato gerador era subjetivo, pois não quantificava o tamanho da pastagem nem mensurou o dano ambiental. O conselheiro Luiz Vitor ressaltou que não há necessidade de quantificar, considerando que se trata de área de preservação permanente, independentemente de quantidade. O coordenador Marcos Machado esclareceu que esse auto de infração tomou como base a ocupação da APP para uma atividade econômica de criação de gado; relatou que nessa mesma inspeção o técnico constatou duas infrações, uma relativa a questão da reserva legal e outra relativa a ocupação da APP pela criação de gado o que estava em pauta; explicou que, pela Legislação Estadual da época, a ocupação de APP era uma infração ambiental não vinculada ao tamanho da área ocupada; Explicou que existe algumas infrações que são vinculadas ao tamanho da área, a exemplo de supressão de vegetação; disse que nesse processo, o técnico, lavrou a multa e o valor foi baseado em diversos critérios. Explicou que, na verdade, foram 02 (duas) infrações, impedir a regeneração natural e a ocupação da área de APP. Em seguida, o conselheiro Evilásio Fraga pediu vistas do processo e foi seguido pelo Conselheiro Mário Pithon. A conselheira Mariana Mascarenhas citou que o processo **2009-014210/TEC/AIMU-0256 - ARMANDO RODRIGUES GOMES**, constou em pauta da reunião CEPRAM e, naquela época, a relatora sugeriu a nulidade da advertência e assim foi aprovado pela Plenária. Ocorre que o processo trata de uma multa pelo não cumprimento de uma advertência, mas não é possível julgar a nulidade da advertência que está em outro processo esperando, assim, anular a multa. Por essa razão, o processo voltou para a plenária para que encaminhasse a Câmara Técnica que poderia fazer nova avaliação. 18 (dezoito) conselheiros votaram a favor de retornar o processo para análise e relato da Câmara Técnica Recursal e 01 (uma) abstenção. A conselheira Mariana Mascarenhas se reportou ao processo **2009-035003/TEC/AIMU-0823 - VERACEL CELULOSE** primeiro processo analisado nessa plenária, pois foi alertada pelo Coordenador do INEMA, Marcos Machado, que a decisão do Conselho pela conversão da multa em

advertência está em desacordo com a Legislação. Uma infração caracterizada como gravíssima não pode ser convertida em advertência. Passou a palavra ao coordenador Marcos Machado que esclareceu: na Legislação Estadual quando se prevê uma infração gravíssima não se permite a sanção de advertência que só é prevista para infrações leves ou graves. A conselheira Mariana Mascarenhas propôs dar conhecimento dos fatos ao conselheiro Wilson Andrade revisor e relator da matéria. O conselheiro Melquiades Oliveira reforçou o seu destaque e pediu ao INEMA que resgatasse o relatório que demarcou as áreas, acesso ao teor da autodenúncia da empresa sobre o assunto em questão. Diante dos fatos apresentados, o conselheiro Evilásio Fraga sugeriu que a decisão tomada anteriormente, de converter a multa em advertência fosse anulada. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou em votação, foram 13 (treze) votos favoráveis a nulidade da decisão anterior e 06 (seis) favoráveis pela manutenção da decisão anterior e 01 (uma) abstenção. A conselheira Mariana Mascarenhas ratificou que retornará o processo ao conselheiro Wilson Andrade para tomar conhecimento dos fatos e posterior retorno à pauta deste Conselho. Passou para os processos analisados na 9ª reunião da CT Recursal de 11 de setembro de 2015: **Processo nº 2010-007508/TEC/AIMU-0232 - CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S/A – CLN**, Auto de Infração de Multa em Camaçari no valor de 70 (setenta) mil reais por assoreamento de corpo hídrico em consequência da realização de terraplenagem afetando Área de Preservação Permanente - APP e inobservância de aspectos ambientais; Solicitou Anulação do Auto de Infração ou Substituição da multa por advertência ou Redução da Multa; A conselheira relatora, Leila Oliveira, sugeriu a manutenção da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo: 2008-009930/TEC/AIMU-0693 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES**, Auto de Infração de Multa no valor de 10 (dez) mil reais por descumprimento de Auto de Infração (2006-007815/TEC/AIAD-0540); Solicita anulação do auto de infração de multa; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-025557/TEC/AIMU-0508 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**, Auto de Infração de Multa no valor de 02 (dois) mil reais por realizar mineração de cascalho sem Licença Ambiental; Solicita anulação do auto de infração de multa; A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e foi apoiada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-0022391/TEC/AIMU-0801 - AGROPASTORIL VALE DO ITAPICURU LTDA**, Auto de Infração de Multa em Conde no valor de 05 (cinco) mil reais por implantar a atividade de plantio de eucalipto sem a devida licença ambiental do órgão competente; Solicitou a anulação do auto de infração de multa; A conselheira relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade

e obteve apoio da Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-007461/TEC/AIAD-0395 - DEULIZANO RODRIGUES**, auto de infração de advertência por não possuir documento de dispensa de licença ambiental para atividade de silvicultura de eucalipto em sua propriedade rural denominada fazenda Jabuti, município de Lajedão, coordenadas: lat: 17.67664° long: 40.27717°; Solicita a anulação da advertência; O conselheiro relator, Daniel Barreto, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-000087/TEC/AIMU-0012 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - BASE DE DIST DE JUAZEIRO – BEJUA**, auto de infração de multa em Juazeiro no valor de 20 (vinte) mil reais por operar base de armazenamento e distribuição de produtos combustíveis derivados de petróleo e alcoóis com vazamento sistemático na área de descarregamento dos vagonetes para os caminhões tanques; Solicita a anulação do auto de infração; A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-032751/TEC/AIMU-0728 - THAIZE SALDANHA SOUSA**, Auto de Infração de Multa em Ubaira no valor de 05 (cinco) mil reais por descumprimento do Auto de Infração de Advertência nº 2008-011956/TEC/AIAD-0711 aplicado em 20/08/2008 por manter funcionando um posto de revenda de combustível e lavagem de veículos sem a devida anuência do órgão ambiental competente; Solicita a anulação do auto de infração de multa. O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. Processos apreciados na 10ª reunião da CT Recursos em 02 de outubro de 2015: **Processo nº 2008-001133/TEC/AIMU-0086 - REFRIO – INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA**, Auto de Infração de Multa em Simões Filho no valor de 10 (dez) mil reais por Operar sem a devida Licença Ambiental, e sem Outorga da SRH para captação de água de manancial e lançamento dos seus efluentes tratados; Solicita a anulação do auto de infração de multa; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2009-012810/TEC/AIMU-0193 - DISTRIBUIDORA DE PNEUS REIS LTDA**, Auto de Infração de Multa em Simões Filho no valor de 02 (dois) mil reais por estar operando sem licença ambiental e pelo descumprimento do condicionante II da LA, Portaria CRA nº 4769; Solicitou celebração de Termo de Compromisso e redução do valor da multa; A conselheira relatora, Débora Coelho, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-015604/TEC/AIAP-0158 - CRISTIANO**

MOREIRA DA SILVA, Auto de Infração de Apreensão em Jaguaquara pela apreensão de 34 (trinta e quatro) pranchas de madeira nativa da Mata Atlântica serrada em forma de pranchas, apresentando as dimensões de 4,00 x 0,30 x 0,10, retiradas sem a devida autorização expedida pelo órgão ambiental competente, encontrada na fazenda São Pedro; Solicitou a substituição da multa pecuniária por advertência; O conselheiro relator, Pedro Diamantino, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-008553/TEC/AIMU-0261 - CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S/A – CLN**, Auto de Infração de Multa em Camaçari no valor de 20 (vinte) mil reais por Causar o assoreamento do Rio Tambaí, com efetiva degradação ambiental; Solicitou anulação do Auto de Infração ou Substituição da multa por advertência ou Conversão da Multa ao mínimo de R\$ 500,00; O conselheiro relator, Sergio Bastos, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-008553/TEC/AIAD-0088 - CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S/A – CLN**, Auto de Infração de Advertência em Camaçari por descumprimento dos condicionantes V, VI, X da Portaria CRA nº 6724, de 28.03.2006; Solicitou a anulação do auto de infração; A conselheira relatora, Leila Oliveira, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-005074/TEC/AIMU-0152 - ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS**, Auto de Infração de Multa em Euclides da Cunha no valor de 700 (setecentos) reais pela apreensão de 02 (dois) estérios de madeira do bioma caatinga (candeia), sem autorização dos órgãos ambientais competentes; Solicitou a anulação da multa; O conselheiro relator, Sergio Bastos, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2006-006295/TEC/AIAD-0461 - EMBASA**, Auto de Infração de Advertência em Ouro-lândia por estar operando a Estação de Tratamento de Água do município sem o devido licenciamento ambiental; Solicitou a nulidade do auto de infração de advertência; O conselheiro relator, Sergio Bastos, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-017742/TEC/AIMU-0667 - CL GOBBI ME**, Auto de Infração de Multa em Barreiras no valor de 01 (um) mil reais por operar sem a devida licença ambiental; Solicitou a nulidade do Auto de Infração de Multa ou Redução do Valor para R\$ 500,00; A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-009590/TEC/AIAP-0111 - ALIRIO PINHEIRO ALMEIDA**, Auto de Infração de

Apreensão em Amargosa pela apreensão em campo de 1,83m³ de madeira serrada de espécie nativa (vinhático), em aduelas, tábuas, rodapés e pranchões; Solicitou a nulidade do auto de infração de apreensão; O conselheiro relator, Pedro Diamantino, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-019599/TEC/AIAP-0200 - ADRIANA SUZART ALVES**, Auto de Infração de Apreensão em Jequié pela apreensão do seguinte item: 01 veículo espécie/tipo car/caminhão / car/aberta Diesel ano 2005/2005 cor prata placa DBC 0382 BA Cod. Renavam 858677911 Chassi 9BFLF47G65B017599, pela infração descrita a seguir: Transporte de madeira de essências diversas nativas da mata atlântica, sem licença válida outorgada por autoridade competente; Solicitou a nulidade do auto de infração de apreensão; A conselheira relatora, Débora Coelho, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-008808/TEC/AIAD-0096 - BAHIA PESCA S.A**, Auto de Infração de Advertência em Santana pelo desenvolvimento e ampliação da atividade de piscicultura, com efetivo impacto ao meio ambiente local, sem a devida licença ambiental da autoridade competente; Solicitou a nulidade do auto de infração de advertência; A conselheira relatora, Lucidalva Rodrigues, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2006-006289/TEC/AIAD-0459 - EMBASA**, auto de infração de advertência em Umburanas por operar a Estação de Tratamento de Água do município de Umburanas, sem o devido licenciamento ambiental; Solicitou a anulação do auto de infração de advertência; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-007119/TEC/AIMU-0206 - EDSON SIQUEIRA FREIRE**, Auto de Infração de Multa em São Félix do Coribe no valor de 50 (cinquenta) mil reais por exercer atividade de suinocultura em Área de Preservação Permanente do Rio Corrente, com criação de 290 (duzentos e noventa) suínos em desacordo a legislação em vigor, causando degradação ambiental pelo lançamentos de efluentes líquidos e sólidos (dejetos) sobre o rio; Solicitou a anulação do auto de infração de multa ou conversão da multa; O conselheiro relator, Agnaldo Monteiro, sugeriu a manutenção da penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2008-019286/TEC/AIAD-0929 - ALBERTO DE OLIVEIRA NUNES**, Auto de Infração de Advertência em Wagner por realizar supressão de vegetação nativa e limpeza de área, com uso de trator de esteira, sem autorização legal do órgão competente; devendo a atividade ser paralisada até sua regularização, inclusive, com averbação da

792 área de reserva legal; Solicitou a anulação do auto de infração de advertência;
793 A conselheira relatora, Mariana Vidal, sugeriu a manutenção da penalidade e
794 foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação contrária, a decisão
795 da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM. **Processo nº 2010-**
796 **019311/TEC/AIAD-0261 - BRASILUX INDÚSTRIA, COMERCIO E**
797 **TRANSPORTES LTDA**, Auto de Infração de Advertência em Feira de Santana
798 por exercer atividade passível de licenciamento ambiental (fabricação de velas)
799 sem a necessária licença; Solicitou a anulação do auto de infração de
800 advertência; O conselheiro relator, Pedro Diamantino, sugeriu a manutenção da
801 penalidade e foi acatada pela Câmara Técnica; Nenhuma manifestação
802 contrária, a decisão da Câmara Técnica foi mantida pela plenária do CEPRAM.
803 Mariana Mascarenhas finalizou a apreciação dos processos, passou a
804 apresentação da proposta de Resolução CEPRAM que dispõe sobre a
805 composição as Câmaras Técnicas no âmbito do Conselho, explicou que a
806 resolução trará a indicação das instituições representadas nas Câmaras
807 Técnicas, mas não o nome dos representantes para evitar alterar a resolução
808 toda vez que mudar um representante. Foi aprovada por unanimidade. Passou
809 ao que Ocorrer: o conselheiro Martin Mayr informou a existência de uma
810 Fazenda de 125 (cento e vinte e cinco) mil hectares no município de Cotegipe,
811 tocado pela empresa CORACOL AGROPECUARIA LTDA., que tem um projeto
812 produtivo muito ambicioso com 90 (noventa) mil hectares de desmatamento, 64
813 (sessenta e quatro) mil hectares de atividades no sequeiro e 26 (vinte e seis)
814 mil hectares irrigados com água do Rio Grande, o equivalente a, mais ou
815 menos, 200 (duzentos) pivôs centrais. Falou sobre um esquema de grilagem
816 de terras para benefício da empresa e que causou muitos prejuízos as famílias
817 posseiras. Disse que o Estado entrou com uma ação discriminatória
818 administrativa, que foi concluída pela Comissão competente e que hoje o
819 processo está na Procuradoria Geral do Estado (PGE) aguardando
820 ajuizamento. Ressaltou que, enquanto a situação não for resolvida, deveria
821 ficar impedido qualquer procedimento de licenciamento ambiental. Também
822 registrou que existe um acordo entre o CDA, responsável por essa ação
823 discriminatória, e a SEMA, responsável pelo licenciamento ambiental, que onde
824 houver áreas em situação de litígios, ou seja, em conflitos, não se licencia até
825 que a questão fundiária seja resolvida. A conselheira Mariana Mascarenhas
826 informou que o assunto em questão já foi pontuado pelo Secretário e pelo
827 INEMA que caso tenham conhecimento de empreendimentos com processo de
828 licença ambiental e que tenha situação de litígios que sejam informados ao
829 órgão ambiental para que o mesmo tome as devidas providências,
830 considerando que o órgão não faz essa busca. O conselheiro Melquiades
831 Oliveira chamou a atenção mais uma vez para questão do quórum e ressaltou
832 que a sociedade civil tem garantido a participação até o desfecho da reunião;
833 observou que, se não tivesse tido um apelo da coordenação do Colegiado
834 ocorreria mais uma vez um esvaziamento; solicitou que fossem fornecidas
835 informações das presenças, para um acompanhamento. O conselheiro Luiz

836 Vitor informou que, na última reunião da Câmara de Compensação Ambiental
837 (CCA), da qual faz parte, o secretário apresentou uma minuta de uma Portaria
838 que dispõe sobre a metodologia do cálculo de compensação ambiental no
839 Estado; disse que essa portaria é algo complexo e pediu um prazo a essa
840 Câmara para que os conselheiros membros da sociedade civil pudessem
841 apreciá-la, apresentar sugestões e aperfeiçoamento; registrou que além dele o
842 conselheiro Sergio Bastos faz parte dessa Câmara com mais 02 (dois)
843 representantes do CONHER. Para tanto sugeriu criar um grupo de trabalho
844 para produzir subsídios à altura do que o Estado da Bahia necessita. A
845 conselheira Mariana Mascarenhas destacou que o próprio conselheiro, na
846 condição de membro representante do CEPRAM na Câmara, pode encaminhar
847 o documento a SECEX que repassará a matéria aos demais conselheiros para
848 que se apropriem do conteúdo. O conselheiro Carlos Romero sugeriu ao
849 INEMA realizar uma inspeção no local onde se encontra os restos mortais da
850 empresa QGN com alta contaminação, próximo ao riacho do Maia, Feira de
851 Santana, correndo o risco de ser despejado em Pedra do Cavalo; disse que faz
852 parte do Conselho de Meio Ambiente Municipal e o assunto foi um dos pontos
853 discutidos na última reunião do Conselho. Fez outra observação com relação
854 as construções antigas e as novas que estão surgindo na APA de Pedra do
855 Cavalo. Parabenizou a SEMA/INEMA pela instalação da primeira Estação de
856 Qualidade da Água e mais 02 (duas) previstas que vão informar sobre a
857 qualidade da água; informou que estava no seu último mandato da gestão do
858 Comitê da Biosfera da Caatinga e tinha a satisfação de encerrar esse mandato
859 com a primeira RPPN da caatinga do Estado da Bahia que é a Serra do Bom
860 Sucesso no município de Humaitá; finalizou falando do município de Itatim com
861 várias belezas de Serras, sugeriu criar um grupo de trabalho para conhecer
862 pessoalmente a região e verificar o que estava sendo destruído pelas
863 Pedreiras. O coordenador Marcos Machado, respondendo ao conselheiro
864 Carlos Romero referente ao passivo ambiental da QGN, disse que era uma
865 situação que já vem sendo acompanhado pelo INEMA; colocou que as
866 negociações estão em vias de finalização, na qual será assinado um Termo de
867 Compromisso -TC em breve. Informou que foi feita a remediação do sítio,
868 instaladas trincheiras e o resultado dessas trincheiras foi apresentado pelo Dr.
869 Maia recentemente ao INEMA; ressaltou que o TC prevê a instalação de uma
870 segunda trincheira e o cronograma, também, já foi acordado; registrou que o
871 Riacho do Maia vem sendo monitorado, apesar da constatação de
872 contaminação quando a empresa ainda estava operando; disse que,
873 atualmente, a empresa cessou todas as atividades no sítio e esse riacho se
874 encontra dentro dos padrões de qualidade de água, contudo o monitoramento
875 vai ser constante. O conselheiro João Lopes comentou sobre o absurdo que o
876 IBAMA vem fazendo contra a Legislação do Estado da Bahia ao invés de ir à
877 justiça contestar fica embargando; informou que são 300 (trezentos) mil
878 hectares embargados com risco de se perder o plantio de soja e de algodão.
879 Com isso, fez uma alerta para quem vai assumir os prejuízos que os

empresários vão sofrer. Fez comentários com relação ao pronunciamento do conselheiro Martin Mayr; disse que considerava uma fixação do conselheiro sobre a empresa CORACOL e que, em sua opinião, não se tratava de um assunto do vice Governador, diz respeito ao Secretário da Indústria e Comércio, da Casa Civil e do Governador do Estado que querem esse empreendimento funcionando, afirmou que não existe nenhuma ilegalidade, a ação discriminatória foi montada de forma arbitrária através de um Sindicato de outro município, alegando que tinha risco de invasão. A documentação estava toda conferida, a discriminatória estava em fase final na PGE e não será ajuizada. Disse que houve um encontro com o Bispo Dom Josafá explicando todo processo para instalação desse empreendimento, considerando que um empreendimento oriundo de Rio Grande do Sul, sem incentivo fiscal, sem financiamento de nenhum órgão público, usará recurso próprio para gerar milhares de emprego, com parte de plantio de madeira para indústria moveleira; questionou como impedir esse empreendimento num lugar de difícil atração de investimento. O conselheiro Martin Mayr argumentou que tem muito a ver com a consciência, considerando que faz o seu papel de cidadão, prescreveu que todo quadro foi bastante distorcido pelo conselheiro João Lopes; disse que foi feito um levantamento de 200 (duzentas) famílias dentro dessa área com forte esquema de grilagem, que tem como demandante o atual dono da empresa CORACOL envolvendo os piores capangas da região, com isso a sua pretensão era de que a lisura dos processos fosse respeitada o que não foi feito com a ação discriminatória. O conselheiro João Lopes contrapôs dizendo que não estaria defendendo nenhuma ilegalidade. O conselheiro Mário Pithon deixou como ponto de reflexão para ser discutido nas próximas reuniões, o fato de que toda vez que se tem uma infração, se tem uma presunção de verdade do que está sendo colocado, se referindo a situação de uma infração caracterizada como gravíssima que pode ou não ser confirmada pela plenária, e uma vez podendo ser anulada, pode ser transformada em advertência. O coordenador Marcos Machado esclareceu que não era o técnico que enquadrava a infração como grave, leve ou gravíssima, a própria Lei Estadual nº 10.431 define, e, o regulamento que estabelece o rol e características das infrações. Por fim, a conselheira Mariana Mascarenhas mostrou os procedimentos para acessar no site as informações sobre o controle e acompanhamento de presenças e participação nas reuniões ordinárias dos Colegiados e respectivas Câmaras Técnicas. Sem mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada. Salvador, 27 de novembro de 2015.

MEMBROS:

Eugênio Spenlger – Presidente

Mariana Mascarenhas – Secretária Executiva

Agnaldo Bahia - AHSEB

- 922 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – Aiba
- 923 Arnor de Oliveira Fernandes Jr – ABES
- 924 Aurinézio Calheira – Cofic
- 925 Beatriz da Cruz Pitta – SDE
- 926 Carlos Romero - PRISMA
- 927 Célia Cavalcanti – IBAMA/MMA
- 928 Claudio Antonio Carilo de Magalhães – Copiba
- 929 Claudio de Carvalho Mascarenhas – Germen
- 930 Daniel Melo Barreto – Germen
- 931 Evilásio Fraga – Sindicato Rural de Ibicoara
- 932 Gilberto Lyrio Neto – Sind. de Prod. Rurais Coaraci
- 933 Guilherme de Castro Moura – FAEB
- 934 Ita de Cácia Aguiar Cunha – SESAB
- 935 João Lopes – ASSOCAFÉ
- 936 José Roberto Pedreira Franco Celestino – Sinaenco
- 937 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan
- 938 Leonardo de Menezes Teles – FCDL
- 939 Luiz Carlos Sampaio – Sinduscon-Ba
- 940 Luiz Fernando Galvão – SINDIBRITA
- 941 Luiz Marsala – IDEIA
- 942 Márcia Telles – INEMA
- 943 Mário Pithon – Sindicato de Panificação do Estado da Bahia
- 944 Mariene Salatiel – CETREL
- 945 Martin Mayr – ADES
- 946 Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes
- 947 Miguel da Costa Accioly – UFBA
- 948 Regina Maria Meirelles Bergemann – SEINFRA
- 949 Renato Pêgas da Cunha – ADES
- 950 Rogério Dantas dos Santos – CTB-BA
- 951 Romeu Temporal – Seplan
- 952 Sérgio de Almeida Bastos – Sinpeq
- 953 **Convidados:**
- 954 Lucia Cardoso – CT GAC
- 955 Marcos Machado - INEMA